



A ATUALIDADE DO CONCEITO DE INTERDISCURSO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE "GOVERNO DO BRASIL, DO LADO DO POVO BRASILEIRO"

THE CONTEMPORARY RELEVANCE OF THE CONCEPT OF INTERDISCOURSE: A DISCOURSE ANALYSIS OF "GOVERNMENT OF BRAZIL, ON THE SIDE OF THE BRAZILIAN PEOPLE"

Eduardo Alves Rodrigues¹

Cármem Lúcia Hernandes Agustini²

Resumo: Este artigo retomou o conceito de interdiscurso da Análise do Discurso de filiação pecheuxiana para mostrar sua atualidade e produtividade analítica, entendendo o interdiscurso como "todo complexo com dominante" de formações discursivas, regido por contradição, desigualdade e subordinação, a partir do qual se produz materialmente o sentido no intradiscurso. Com base nesse fundamento, apresentamos um dispositivo teórico-metodológico que articula interdiscurso, memória discursiva e esquecimento, expondo como a interpelação do indivíduo em sujeito opera pela identificação com o jogo de FDs que o domina, sustentando a evidência dos sentidos e a ilusão de autoria. Com esse dispositivo lemos o deslocamento parafrástico entre os slogans/marcas do atual governo federal "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução" (2023) e "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro" (2025), mostrando o papel dos aparelhos ideológicos de Estado (SECOM) na normatização e difusão de evidências de sentido. A análise trabalhou três mecanismos interdiscursivos: (1) o efeito de pré-construído, que naturaliza "povo brasileiro", "Governo do Brasil" e "do lado de"; (2) o efeito de sustentação, que costura o slogan/marca às evidências de proteção e representação social; e (3) o efeito de discurso-transverso, que introduz sentidos outros (memória eleitoral-presidencial, oposições e críticas, por exemplo) sob a superfície estabilizada do intradiscurso. Concluímos que a atualidade do interdiscurso – como exterioridade histórica do dizer – permanece condição de possibilidade da análise do discurso, já que a análise de seus mecanismos é o que permite analisar a luta/disputa por significar/interpretar, neste artigo, um mesmo enunciado.

Palavras-chave: interdiscurso; memória discursiva; formações discursivas; sujeito; slogan/marca governamental.

Abstract: This article revisits the pecheuxian notion of interdiscourse to argue for its contemporary relevance and analytical productivity. Interdiscourse is conceived as a "complex whole with a dominant" of discursive formations (FDs), structured by contradiction, inequality, and subordination, through which meaning is materially produced in intradiscourse. Building on this ground, the paper proposes a theoretical-methodological device that articulates interdiscourse, discursive memory, and forgetting, showing how the interpellation of the individual as subject operates via identification with the dominant play of FDs, thereby sustaining evidential effects of meaning and the illusion of authorship. By means of this device we were able to read the parafrastic shift between two governmental slogan/brands – "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução" (2023) and "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro" (2025) – in order to expose the role of state ideological apparatuses (SECOM) in regulating and disseminating evidences of meaning. The analysis details three interdiscursive mechanisms: (1) the pre-constructed effect, which naturalizes "Brazilian people", "Government of Brazil" and "on the side of"; (2) the sustaining (articulation) effect, which stitches the slogan/brand to evidences of social protection and representation; and (3) the transverse-discourse effect, which introduces other meanings (electoral memory, opposition, critique) beneath a stabilized

¹ Doutor em Linguística pela UNICAMP. Pesquisador Associado ao Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/UNICAMP). Vice-líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/CNPq/UFU); <https://orcid.org/0000-0001-6818-6647>; eduardoar76@gmail.com.

² Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora titular do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU). Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/CNPq-UFU); <https://orcid.org/0000-0001-5504-3911>; carmen.agustini@gmail.com.

intradiscursive surface. We conclude that the actuality of interdiscourse – as the historical exteriority of saying – remains a condition of possibility for discourse analysis, since the analysis of its mechanisms is what allows us to analyze the struggle/dispute over signifying/interpreting, in this article, the same statement.

Keywords: interdiscourse; discursive memory; discursive formations; subjectivation; governmental slogan/brand.

Introdução

Na Análise do Discurso, o conceito de interdiscurso, fundamental ao trabalho com a atualidade e a exterioridade/historicidade do discurso, foi formulado por Michel Pêcheux, em 1975, na obra *Les vérités de la Palice*, traduzida para o português brasileiro com o título *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1988³). É por meio desse conceito que Pêcheux mostra que o discurso não é integralmente linguístico, opondo-se, dessa maneira, a Harris (1952), entre outros. O discurso, para Pêcheux, é produzido a partir da relação indissociável entre a materialidade significante e a materialidade histórica.

Esse fundamento torna possível entrever a centralidade/atualidade do conceito de interdiscurso no processo de deslocamento de certa tradição na compreensão do objeto teórico discurso e, ao mesmo tempo, no processo de constituição da rede conceitual que funda a teoria do discurso proposta por Pêcheux, difundida como Análise do Discurso (AD). Isso porque o modo como Pêcheux (1995) define esse conceito permite compreender que a materialidade histórica constitutiva do discurso se refere ao interdiscurso e seu funcionamento no (intra)discurso.

Nessa perspectiva, a atualidade do conceito de interdiscurso, no quadro teórico-metodológico da AD, está na radicalidade do fundamento segundo o qual o sentido é histórico. Trata-se de um fundamento que organiza as análises discursivas na medida em que organiza a própria teoria do discurso. Com isso, estamos afirmando que, na prática teórico-analítica filiada a Pêcheux, não há análise do discurso possível sem considerar a exterioridade/historicidade constitutiva da produção do sentido. Sendo assim, o fundamento teórico do interdiscurso permanece atual.

É sobre essa questão que trabalhamos neste artigo. Para isso, além de produzirmos uma experimentação teórico-metodológica sobre o conceito de interdiscurso, tal como ele é trabalhado, sobretudo, em *Semântica e Discurso*; produzimos, também, em decorrência disso,

³ Neste artigo, fazemos referência à segunda edição de 1995.

um dispositivo analítico em que esse conceito é mobilizado para compreendermos o processo discursivo que torna possível o deslocamento do slogan/marca do governo federal de "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução", lançado na ocasião da posse do atual governo em 2023, para "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro", em 2025⁴, assim como as articulações e latitudes discursivas⁵ (Rodrigues; Agustini; Branco, 2021b) possíveis de serem ali lidas, como efeito do funcionamento do interdiscurso no (intra)discurso.

O conceito de interdiscurso em *Semântica e Discurso*

O conceito de interdiscurso, na rede conceitual da AD, faz sentido na relação com o conceito de discurso. Este é definido por Pêcheux (2019) como efeito de sentidos entre posições imaginárias, isto é, entre locutor A e locutor B. Nessa perspectiva, o discurso, como nos ensina Pêcheux (1995), é o processo de produção material do sentido, do dizer, e esse processo é regulado por formações discursivas (FDs) que determinam o que pode e deve ser dito, em certas condições de produção. Esse processo é constituído pelo modo como o interdiscurso, em seu funcionamento específico, retorna sobre a materialidade significante, possibilitando a produção do sentido como efeito.

Ao conjunto de formações discursivas assim caracterizadas, Pêcheux denomina de interdiscurso. Nas palavras dele, o interdiscurso corresponde ao "'todo complexo com dominante' das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas" (Pêcheux, 1995, p. 162). Como é possível observarmos, na teorização pecheuxtiana, o conceito de interdiscurso remete o leitor a uma rede conceitual que abrange, sobretudo, os conceitos de formação discursiva, formação ideológica e formação imaginária.

⁴ Cf. comunicação de 29/08/2025 do portal gov.br, presidência da República, Secretaria de Comunicação Social: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/2018governo-do-brasil-do-lado-do-povo-brasileiro2019-e-a-nova-marca-do-governo-lula>. Ressaltamos que esses slogans/marcas são apresentados e circulam socialmente não apenas como materialidade linguística, mas associadas, também, a quadros imagéticos com cores e formas específicas, constituindo arranjos discursivos. Neste artigo, no entanto, o recorte analítico estabelecido é constituído pelos enunciados, no sentido dado por Pêcheux (1997), desses slogans/marcas.

⁵ Rodrigues, Agustini e Branco (2021b), a partir de Pêcheux (1995), compreendem articulações discursivas como (re)atualizações, no fio discursivo, de elementos do interdiscurso: operação pela qual o "discurso-transverso" atravessa e conecta o já-dito (pré-construído), gerando efeitos como sustentação por correferência e a aparência de unidade do sentido e do sujeito. Já latitudes discursivas designam o horizonte de distensão e (re)arranjo do fio discursivo, ou seja, um feixe de possibilidades que delimita imaginariamente fronteiras de circulação dos sentidos, onde se inscrevem paráfrase e polissemia, produzindo deriva do sentido e descontinuidade da história na/pela linguagem.

Pêcheux nos apresenta a seguinte definição de FD: "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito⁶ (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)" (Pêcheux, 1995, p. 160). Ao definir FD dessa maneira, ele a compreende como "o lugar da constituição do sentido (sua "matriz", por assim dizer)" (Pêcheux, 1995, p. 162). Como o interdiscurso é "todo complexo com dominante das FDs", podemos afirmar, então, que ele é a matriz dos sentidos, é ele que fornece (efeitos de) sentido(s) ao dizer; e não o sujeito.

Uma paráfrase dessa formulação teórica é dada pelo próprio Pêcheux:

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, [...] elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

A compreensão do conceito de FD, como fica indiciado nessa citação, requer a compreensão do conceito de formações ideológicas. É o próprio Pêcheux quem afirma: "todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes" (Pêcheux, 1995, p. 92). Nessa teorização, formações ideológicas designam a "materialidade concreta" da instância ideológica (Pêcheux, 1995). Trata-se do conjunto historicamente situado de "regiões" ideológicas (religião, saber, direito, família etc.) materializadas nos aparelhos ideológicos de Estado⁷, cujas relações, tanto entre eles quanto internas a eles próprios, são de contradição-desigualdade-subordinação e variam conforme o estado da luta de classes. Cada formação ideológica não apenas disponibiliza "objetos"/"imagens"/"posições" (doutrinas, normas, saberes, valores etc.), mas também os entrega já com uma maneira aparente de serem contraditoriamente (re)produzidos/transformados, isto é, com uma orientação de sentido que

⁶ O dizer, nessa medida, é um modo de materialização do discurso.

⁷ A partir de Althusser (1970), por Aparelhos Ideológicos de Estado, doravante AIE, compreendemos o conjunto complexo de instituições e práticas sociais que, sob a égide do Estado, funcionam discursivamente pela ideologia (e secundariamente pela coerção), para interpelar indivíduos em sujeitos e tentar assegurar a reprodução, sempre disputada, das relações de produção (do sentido); entre eles, a escola, a igreja, a família, o direito, os partidos e sindicatos, os meios de comunicação e os aparelhos culturais. Esses aparelhos se distinguem do aparelho repressivo – Governo/chefia do Estado e administração, Forças Armadas, Polícia, Aparelho judiciário (tribunais, Ministério Público), Sistema penitenciário (prisões) etc. – por serem lugares de luta de classes, onde jogam, contraditoriamente, reprodução e transformação.

inscreve posições de classe e organiza, simultaneamente, as condições de (re)produção e de transformação das relações de produção (do sentido).

No processo parafrástico entre os referidos slogans/marcas do governo brasileiro atual (2023-2026) – "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução"⁸ e "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro" –, identificamos deslocamentos discursivos que são organizados, normatizados e (re)atualizados a partir de manuais oficiais e comunicados públicos, isto é, por um aparelho ideológico de Estado (o de comunicação/SECOM). O funcionamento discursivo desse AIE prescreve usos e difusão de certas evidências de sentido nos demais órgãos da administração federal.

A substituição do adjunto adnominal "federal" para "do Brasil", que qualificaria o objeto discursivo "governo", nesse jogo parafrástico, ressignifica a metáfora da totalidade produzindo como efeito o silenciamento, por um lado, das dissidências existentes, e, por outro lado, da materialidade federativa. Nesse efeito, "do Brasil" sobrepõe-se ao conjunto dos Estados brasileiros, dissimulando a hierarquia (desigualdade-subordinação) constitutiva do espaço político-simbólico brasileiro, dividido entre união, estados e municípios.

Outra decorrência do deslocamento parafrástico em análise é a ressignificação das relações de produção do sentido indiciadas na coordenação dos sintagmas "união" e "reconstrução". Essa ressignificação torna possível, por exemplo, a interpretação segundo a qual essa agenda de governo teria sido "já alcançada", "já concluída". O que substitui "Brasil União e Reconstrução" é, neste caso, "do lado do povo brasileiro", que pode funcionar, na superficialidade linguística do slogan/marca, como aposto explicativo, predicando o sintagma nominal "Governo do Brasil".

Ressaltamos, como movimento de sentido produzido nesse deslocamento, a ressignificação do efeito metafórico de totalidade – "do Brasil" – para um efeito partitivo, possível de ser lido na seguinte interpretação: "o Governo do Brasil assume o lado do povo brasileiro". Nessa interpretação, "do povo brasileiro" pode significar de diferentes modos: "dos trabalhadores", "dos afetados pelo tarifaço", "dos não ricos" etc. Nessa direção, "governo federal" é metonímica-metaforicamente ressignificado como "governo que tem lado".

Compreendemos, dessa maneira, que o deslocamento parafrástico em análise produz uma mexida nas regiões significativas do interdiscurso, ou seja, movimenta as relações de sentido e o modo como elas são fornecidas pelas FDs em jogo no gesto de interpretação dos slogans/marcas, postos em relação. Por isso, podemos afirmar que esse gesto de interpretação

⁸ Para uma análise discursiva desse slogan, confira Rodrigues e Agustini (2024).

é caracterizado por certa relatividade, pois (re)atualiza uma posição significativa filiada a determinadas FDs, isto é, uma posição inscrita em determinada configuração das formações ideológicas, em uma dada conjuntura da formação social.

Ao explicitarmos efeitos metafóricos decorrentes da relação parafrástica em análise, explicitamos que a contradição é constitutiva do funcionamento dos AIE. A contradição, como vimos, é efeito de posições de classe em luta/disputa que interpõem sentidos diferentes ao mesmo objeto discursivo. No interior das relações de produção (do sentido), a contradição impõe que o sentido de determinado objeto discursivo sempre possa ser outro⁹, oferecendo lugar à interpretação, como nos ensina Pêcheux (1997), dependendo, por isso, do(s) gesto(s) de leitura que incide(m) sobre esse objeto.

A respeito dessa questão, o próprio Pêcheux esclarece que:

[...] toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que "não há metalinguagem" – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tomar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (Pêcheux, 1997, p. 53).

Com base nessa citação, compreendemos que todo objeto discursivo que se apresenta à leitura, que se abre à possibilidade da interpretação, é constituído pela equivocidade histórica. Essa equivocidade imprime materialidade às redes significantes, que, por sua vez, organizam/significam as relações sociais. A essa equivocidade histórica chamamos de contradição histórica, e, por isso, constitutiva da materialidade discursiva.

Em outras palavras, a ligação do objeto discursivo, em sua materialidade específica, com a injunção à interpretação – com a injunção à contradição histórica – organiza/(re)atualiza as filiações históricas em memórias e as relações sociais em redes de significantes (Pêcheux, 1997). Essas memórias e redes de significantes dão consistência

⁹ Embora a advertência teórica alerte que o sentido sempre pode ser outro, ela também alerta, a partir do fundamento do interdiscurso, que o sentido não pode ser qualquer um. Isso porque o sentido é relacional, o que significa que ele é produzido como efeito a partir de determinada rede de relações interdiscursivas em condições de produção específicas em uma dada formação social. É essa conjuntura sócio-histórica e político-ideológica que regula/determina o que pode/deve ser dito.

significativa às formações imaginárias que ganham lugar nas práticas sócio-históricas de uma determinada formação social.

Com base em Pêcheux (2019), formações imaginárias correspondem ao conjunto de representações socialmente construídas e ideologicamente determinadas que estruturam os processos enunciativos, isto é, as imagens de si, do outro e do objeto de discurso que os sujeitos projetam a partir de suas posições relativas a FDs em jogo nesses processos. Essas imagens são, portanto, efeitos do funcionamento da ideologia na linguagem; elas inscrevem posições de classe e, ao investirem ideologicamente as FDs, antecipam os locutores, orientam as "escolhas" de dizer (léxico, modalizações, silenciamentos etc.) e produzem a evidência do sujeito e do sentido (os efeitos de obviedade, de transparência, de origem etc.).

Em decorrência disso, as formações imaginárias funcionam como condições de produção do discurso (Pêcheux, 2019), estabilizando provisoriamente identificações e sentidos, podendo, também, deslocá-los conforme a conjuntura da luta de classes. As formações imaginárias, nessa perspectiva, funcionam produzindo certa discretização das formações ideológicas e, por conseguinte, das FDs.

No slogan/marca "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro", por exemplo, as formações imaginárias de "proximidade e de defesa do povo" investem ideologicamente as FDs em jogo na comunicação governamental, antecipando o locutor "povo", "autorizando" vocabulário de cuidado/aliança "do lado de" e "desautorizando" termos de distanciamento tecnocrático (como nesta possível paráfrase tecnocrata de "do lado do povo brasileiro": "do lado das necessidades dos contribuintes").

Além disso, a partir do slogan/marca em análise, projetam-se imagens possíveis de: (1) um Estado-aliado (imagem do locutor governo), (2) um "povo" homogêneo como interlocutor ideal (imagem do outro) e (3) um conflito social pressuposto (objeto/terceiro implicado): haveria aqueles, diferentemente desse governo, que não estariam do lado do povo. Essas formações imaginárias enquadram em certa direção a leitura, fazendo funcionar certo efeito de evidência para o slogan/marca.

O processo discursivo que se instaura com a enunciação desse slogan/marca intenta dissimular o caráter polissêmico (metafórico) do lexema "povo" e seu valor partitivo (metonímico), dissimulando, portanto, sua não homogeneidade e não transparência. Embora essa dissimulação seja intentada, permanece ali funcionando certa inconsistência significativa, evocando a opacidade constitutiva e reimprimindo, na (re)atualização do slogan/marca, seu valor partitivo e seu caráter polissêmico.

Nessa direção, podemos compreender o lexema "povo" como um lugar de luta/disputa no jogo das FDs: "povo" refere-se a "todos os brasileiros"? qual seria o lado do "povo"? esse "povo" seria aquele "deixado de lado"? Possíveis respostas a esses questionamentos, que visam restituir outras condições de leitura para "povo", podem expor essa inconsistência significativa, a depender da filiação da posição-sujeito no jogo das FDs.

Por exemplo, se "povo" se refere a "todos os brasileiros" pode se instaurar uma interpretação para o slogan/marca em que "povo brasileiro" estaria em conflito contra o povo de outra nacionalidade: "o povo brasileiro contra o povo/o governo que promove o tarifaço" poderia ser lido como uma das possíveis latitudes discursivas de "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro". Em contrapartida, se "povo" não se refere a "todos os brasileiros", então caberia questionar a que partitivo de povo poderia/deveria se referir: "povo" referir-se-ia a "pobres", "trabalhadores", "aqueles afetados pelo tarifaço", "os contribuintes" etc.?

Torna-se compreensível, com esse exemplo, que "ao dizer de uma maneira e não de outra, o sujeito tem a ilusão de que o que diz só pode ser dito com as palavras que enuncia, crendo que há uma relação direta e decalcada entre pensamento, linguagem e mundo" (Rodrigues; Agustini; Branco, 2021a, p. 48), como se houvesse entre eles uma relação de equivalência, estabelecendo a ilusão de que o que o sujeito diz "revela"/"expressa" o próprio mundo/o próprio pensamento. Esse funcionamento é descrito por Pêcheux (1995) como esquecimento nº. 2, isto é, o esquecimento da formulação/enunciação: o sujeito acredita que diz exatamente o que quer dizer, como se houvesse uma relação direta e transparente entre pensamento, linguagem e mundo. Com isso, apaga-se o fato de que o dizer resulta de sua inscrição no jogo das FDs que sustenta a formulação/enunciação.

Sendo assim, da perspectiva do governo, seu slogan/marca só poderia/deveria ser lido em certa direção, colocando outras leituras possíveis como "desautorizadas". Por exemplo, a leitura de que "o próprio governo (sempre) não está do lado do povo", ou seja, a leitura de que "se é governo, não está do lado do povo" é, dessa perspectiva, "desautorizada". Embora possamos dizer que a enunciação do slogan/marca a pressuponha, pois tornou a sua enunciação discursivamente necessária.

A esse respeito, Pêcheux (2009) considera que as ideologias dominadas, assim como as ideologias dominantes, têm origem nas diferentes formas de falhas da e resistências à

mesma dominação ideológica¹⁰ como efeito do real histórico, isto é, da contradição histórica constitutiva de determinada formação social. Esse efeito, no interdiscurso, funciona como "causalidade heterogênea" (Pêcheux, 2009, p. 26) da possibilidade de o sentido derivar para outro(s) sentido(s). Ao mesmo tempo, no discurso, constituído no e pelo interdiscurso, o efeito do real sintático, como assinala Pêcheux (2009), (im)põe a contradição no interior do próprio intradiscurso.

É por isso que podemos relacionar parafrasticamente "se é governo, não está do lado do povo" e "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro". O real sintático (im)põe que o dito mantenha relação parafrástica com o não dito. E o real histórico (im)põe que determinado efeito de sentido se relaciona com outro(s), estabelecendo uma costura discursiva entre o que é significado de um determinado modo e suas derivas possíveis. Esta é uma condição de existência do enunciado e de suas paráfrases possíveis.

Diante do exposto, compreendemos que o funcionamento da contradição histórica no discurso implica o funcionamento do político, concebido, em AD, como a divisão constitutiva dos sentidos. "O político é dividido pela contradição que o constitui. O político refere-se ao fato de que os sentidos estão sempre em relação a outros sentidos (Pêcheux, 1975)" (Rodrigues, 2014, p. 42). Assim compreendido, o político implica, de modo recíproco, o funcionamento da contradição histórica no discurso.

Essa contradição histórica se marca no jogo das posições discursivas em concorrência por significarem no interior da luta de classes. Nesse jogo, embora de uma posição se reconheça, se experimente, se aceite certas evidências (re)atualizadas em um determinado enunciado, de outra posição, nesse mesmo enunciado, outras evidências podem ser reconhecidas, experimentadas, aceitas, expondo, assim, o funcionamento da contradição no discurso.

Se considerarmos, por exemplo, o enunciado "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro", em uma de suas leituras "desautorizadas" pela posição discursiva do governo – "se é governo, não está do lado do povo" –, podemos entrever aí posições de classe em conflito: a posição governo e a posição povo, desde que esta posição se refira àqueles que não

¹⁰ A dominação ideológica acontece por meio da tentativa de controle das relações de sentido no interior da luta de classes em uma dada formação social. Em uma formação social como a nossa, que é capitalista, as relações de sentido estão, em última instância, determinadas pelo econômico, de tal modo que os sentidos relativos ao modo de produção capitalista estão em relação de dominância. Em decorrência disso, as ideologias dominadas lutam, nessa conjuntura, pelas questões sociais, morais, ambientais etc. Dessa maneira, a dominação ideológica funciona na e pela contradição histórica, que reproduz/transforma as relações significativas no interior da luta de classes.

reconhecem, experimentam, aceitam a interpretação segundo a qual o governo estaria do lado do povo.

Ainda em relação à contradição histórica, esta é caracterizada pelo fato de associar-se à desigualdade e à subordinação, que também constituem, como já visto, o funcionamento do complexo das formações ideológicas. A divisão própria da contradição histórica é o que pode sustentar o funcionamento da desigualdade e da subordinação nas relações de força/de sentido em luta/disputa entre posições de classe.

As relações de desigualdade e de subordinação entre sentidos em luta/disputa, expostas a partir do deslocamento entre os referidos slogans/marcas, referem-se ao fato de que há assimetria nas relações de força que sustentam determinado estado da luta de classes e, em decorrência disso, há, na formação social em que essa luta se inscreve, ou seja, em determinadas condições materiais sócio-históricas e político-ideológicas, sentidos em relação de dominância. Essa assimetria nas relações de força e de sentidos (im)põe uma concorrência desigual por significar entre as posições ideológicas determinadas pelo jogo das FDs no discurso. A subordinação, por sua vez, refere-se ao fato de que os sentidos também podem se relacionar por meio de movimentos de articulação, aliança, oposição, confronto etc.

Se considerarmos as relações de desigualdade e de subordinação no movimento de significação que se inscreve a partir do deslocamento parafrástico entre os slogans/marcas "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução" e "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro", "do lado do povo brasileiro", por exemplo, pode suscitar diferentes interpretações nos e pelos AIE. Essas diferenças podem inscrever relações de desigualdade e de subordinação no discurso do/sobre os governos brasileiros.

Por exemplo, uma posição leitora possível¹¹ pode ler/interpretar o slogan/marca "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro" de modo a "conciliar", "aliar" sentidos de governo com sentidos de povo brasileiro, fazendo significar, dentre outras, a possibilidade de que, "antes", o governo não estaria "do lado do povo brasileiro", por estar compromissado com uma agenda outra, a da "união e reconstrução". Assim, teríamos, por um lado, uma desigualdade-insubordinação às leituras "autorizadas" pela posição significativa do governo, referida no slogan/marca. Uma leitura desigual-subordinada do slogan/marca à posição significativa do governo (im)põe, por outro lado, uma interpretação que reconheceria que a

¹¹ Essa posição, na AD de filiação pecheuxtiana, é chamada de efeito-leitor (Pêcheux; Fuchs, 1997; Orlandi, 2008; Indursky, 1998).

agenda "união" e "reconstrução" parafraseia, por metonímia-metáfora, a agenda "do lado do povo".

Essas leituras/interpretações concorrem desigualmente por significar, já que as leituras "desautorizadas" podem/devem encontrar não só resistência, mas também ressonância no espaço dos AIE. As posições-sujeito em funcionamento nos AIE podem estar ou não alinhadas à posição significativa do governo, instaurando no próprio interior dos AIE relações de contradição-desigualdade-subordinação.

Essas relações instauram, por sua vez, uma variância relativa ao estado da luta de classes. É assim que em conjunturas de acirramento das tensões sociais e lutas/disputas por agendas político-econômicas, o slogan/marca "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução" dá lugar a uma marcação de alinhamento do governo ao "lado do povo brasileiro", reendereçando "povo brasileiro" e reordenando agendas e prioridades no espaço midiático e institucional. O próprio slogan/marca indicia essa inflexão de foco e identificação, sinalizando o deslocamento conjuntural.

Esse deslocamento conjuntural é significado de diferentes modos em nossa sociedade. Dentre esses, uma interpretação possível que circula predominantemente é aquela que refere o momento da posse do atual governo, em que este buscava apaziguar a polarização entre forças políticas em luta/disputa, rivalizando com o momento, situado em meados do 3º. ano de governo e o início do ano eleitoral, caracterizado pela busca por apaziguar efeitos dessa polarização que ameaçam a soberania brasileira.

No discurso, esse deslocamento é representado pelo deslocamento parafrástico (metonímico-metafórico) entre "União e Reconstrução" e "do lado do povo brasileiro". E ativa articulações ((re)atualizações do interdiscurso: "povo", "cuidar de gente", "povo ameaçado", "soberania (ameaçada)", "os pobres" etc.) e abre latitudes (movimentos de reinterpretação: "combate a desigualdade", "defesa de políticas sociais", "populismo", "agenda econômica", "nacional-popular", "defesa da democracia/soberania" etc.), que permitem outras parafrases, inversões e derivas de sentido(s) nos diferentes AIE (campanhas oficiais, imprensa, redes sociais etc.).

A complexidade das relações de contradição-desigualdade-subordinação que constituem as relações discursivas ao mesmo tempo que relativiza a dominância de sentidos que determinam as posições-sujeito no jogo das FDs, mantém certos sentidos em relação de dominância, sobredeterminando a (re)produção/transformação dos sentidos possíveis, de tal

modo a preservar a dominância do modo de produção capitalista, que caracteriza nossa formação social no estado atual da luta de classes.

Por exemplo, de uma posição leitora identificada/alinhada à posição significativa do governo, a interpretação "se é governo, é contra o povo" não faz sentido, constituindo-se como absurdo; ao passo que, de uma posição contra-identificada à posição significativa do governo, tal interpretação pode se constituir como evidência. Ambas mantêm uma relação de contradição-desigualdade-subordinação com a dominância do modo de produção capitalista. Ou seja, da posição que interpreta "se é governo, é contra o povo" como absurdo, a relação com o capitalismo se sustenta no efeito de articulação segundo o qual "embora seja um governo capitalista, trabalha pelas questões sociais"; já da posição que interpreta "se é governo, é contra o povo" como evidência, a relação com o capitalismo se sustenta no pré-construído segundo o qual "um governo capitalista explora o povo".

Por isso, não há "posições de classe" abstratas aplicáveis aos objetos ideológicos: é o próprio desmembramento regional e a hierarquia entre os AIE que configuram a cena da luta ideológica, na qual se (des)estabilizam sentidos e práticas. Representadas, na linguagem, por FDs (Pêcheux, 1995), as formações ideológicas que lhes são correspondentes regulam o que pode/deve ser dito e feito em determinada conjuntura, sempre sob a tensão (re)produção/transformação.

Interdiscurso, sujeito, memória discursiva

A partir do exposto, compreendemos que é o efeito do retorno do interdiscurso – da historicidade/exterioridade – sobre o (inter)discurso que caracteriza o fato de o discurso não se constituir isoladamente: todo discurso é atravessado por outros discursos, mesmo que silenciados, deslocados ou esquecidos. Por conseguinte, todo dizer é atravessado por outros dizeres. Daí, todo discurso, assim como todo dizer, ser heterogêneo (a si mesmo).

Esse processo ocorre porque o interdiscurso, em sua objetividade material contraditória constitutiva, determina as FDs como "algo [que] fala [...] sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas" (Pêcheux, 1995, p. 162). Além disso, todo dizer, compreendido como efeito de um gesto de interpretação, (re)produz/transforma a significação como discurso, indiciando o retorno sempre-já-lá do interdiscurso sobre si mesmo. É nessa medida que compreendemos que toda

tomada de posição, mediada por materialidade significativa e inscrita em uma dada forma-sujeito¹², deve ser concebida como a determinação do interdiscurso como exterioridade constitutiva, na medida em que esta se volta sobre si mesma para se atravessar (Pêcheux, 1975¹³).

O interdiscurso, assim, não é o conjunto de textos concretos ou visíveis com os quais um enunciado dialoga diretamente (isso corresponderia à noção de intertexto), mas o campo histórico de discursos em relação, no qual os sentidos já estão em luta/disputa antes mesmo de serem formulados. Ou seja, o interdiscurso não é a soma de discursos empíricos, nem uma "totalidade homogênea" com causalidade contínua.

Ao contrário, o interdiscurso é constituído por relações de falhas, deslocamentos e contradições, sendo uma estrutura disjuntiva e desigual – ou, como formula Pêcheux, o interdiscurso é regido por uma "lei de não-conexidade" (Pêcheux, 1995, p. 263), ou seja, trata-se de um espaço no qual os discursos não se articulam de forma contínua e homogênea, mas se encontram em relações de contradição-desigualdade-subordinação, tensão e ruptura. Essa não-linearidade do interdiscurso impede que os sentidos se organizem de forma estável e cumulativa, instaurando, no lugar da transparência, por um lado, tanto a opacidade constitutiva da linguagem quanto a do sujeito, e, por outro lado, a possibilidade permanente de deslocamentos de sentido. Pêcheux, a esse respeito, acrescenta: "o interdiscurso não intervém jamais como uma globalidade [...] onipresente em sua [aparente] causalidade homogênea" (Pêcheux, 1995, p. 263).

Na teorização de Pêcheux, o interdiscurso é responsável por determinar "as modalidades histórico-materiais de existência do pensamento" (Pêcheux, 1995, p. 259), impondo margens, separações e limites ao próprio ato de pensar e de significar. Nas palavras dele, "o pensamento só existe sob uma determinação que lhe impõe margens, separações e limites [...] 'o pensamento' é determinado em suas 'formas' e seus 'conteúdos' pelo impensado

¹² Segundo Pêcheux (1995), a forma-sujeito corresponde ao modo pelo qual o sujeito do discurso se identifica com o jogo das FDs que o domina, absorvendo-esquecendo o interdiscurso no intradiscurso, isto é, "ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro 'já-dito' do intradiscurso, no qual ele se articula por 'co-referência'" (Pêcheux, 1995, p. 167). A forma-sujeito corresponde, portanto, ao efeito ideológico geral do assujeitamento que faz o indivíduo se reconhecer como "autor/origem" do que diz; é a forma transindividual do sujeito produzida na articulação entre interdiscurso, formações discursivas e aparelhos ideológicos de Estado. Ela mantém a evidência do sentido e a ilusão de autoria (esquecimento nº. 1), valendo como moldura hegemônica do "quem fala". Por posição-sujeito, podemos compreender o lugar enunciativo historicamente recortado no jogo das FDs, ocupado no acontecimento do dizer. Ela se move na e pela reprodução/transformação do que pode/deve ser dito, sob determinadas condições de produção. A forma-sujeito é contraditória, podendo realizar-se em posições significativas distintas (e conflitivas).

¹³ Neste texto, quando utilizada a referência Pêcheux (1975), esta se refere à versão francesa original. Isso se deve ao fato de que a tradução brasileira da obra, aqui Pêcheux (1995), apresenta desvios que podem abrir para inconsistências teóricas.

[interdiscurso]" (Pêcheux, 1995, p. 261). Trata-se, portanto, de uma instância estruturante do sentido e da posição-sujeito.

Vale acrescentarmos que, segundo a posição de Pêcheux (1995), o interdiscurso assim concebido é da ordem do irrepresentável e ininterpretável nele e por si mesmo. Somente pelo recurso à linguagem é que se torna possível interpretar os efeitos de sua presença no discurso, no dizer e no sujeito.

Interdiscurso e sujeito

Na teoria do discurso, o conceito de interdiscurso também é relevante para a compreensão da constituição do sujeito, o que fica explicitado na seguinte formulação: "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência para o sujeito"¹⁴. Nesse processo, o sujeito é uma posição discursiva/significativa, constituída como tal sob a forma-sujeito e "produzida como causa de si" (Pêcheux, 1995, p. 261), isto é, afetada por um efeito de apagamento do interdiscurso no intradiscurso (o fio de seu próprio discurso), que passa a ser tomada, imaginariamente, como origem daquilo que é dito. Na perspectiva da AD, portanto, o sujeito não é o ponto de partida do sentido, é efeito das FDs em jogo no processo de tomada de posição. O sujeito é, assim, sujeito do/no discurso.

Em síntese, para Pêcheux, o interdiscurso é o espaço do já-dito, do que precede, excede e domina todo enunciado. Ele é a instância onde o sujeito se inscreve sem domínio, onde os sentidos se sedimentam historicamente e onde se configura a base da ideologia que atravessa a linguagem. Dessa maneira, compreender o interdiscurso é também reconhecer a opacidade da linguagem e a inexactidão do sentido, isto é, a impossibilidade de uma significação plena, direta ou transparente.

O conceito de interdiscurso é, portanto, o que torna visível, teoricamente, que todo dizer é uma repetição deslocada, atravessada por aquilo que o sujeito não controla, mas de que é efeito. Podemos compreender, a partir do que precede, que o sujeito do discurso é efeito da estrutura-funcionamento do interdiscurso na linguagem. Dito de outro modo, o conceito de interdiscurso desloca teoricamente o fato de o indivíduo ser origem e controlador daquilo que

¹⁴ Nossa tradução livre de "l'interpellation de l'individu en sujet de son discours s'effectue par une identification du sujet à la formation discursive qui le domine, identification dans laquelle simultanément du sens est produit comme évidence pour le sujet [...]" (Pêcheux, 1975, p. 240).

diz para o fato de que o sujeito diz o que diz porque é efeito do interdiscurso. Ser efeito do interdiscurso implica dispor-se como posição significativa em relação às FDs em jogo no processo de tomada de posição.

Nessa direção, o efeito de esquecimento da origem interdiscursiva do dizer para o sujeito, descrito como "esquecimento da determinação"¹⁵, é constitutivo da forma-sujeito: ele permite que o sujeito se reconheça como autor de um dizer que, na realidade, o antecede, o excede e o domina. A forma-sujeito realiza, assim, um duplo gesto: ao mesmo tempo em que incorpora os efeitos do interdiscurso, ela os dissimula, sustentando o efeito de evidência do sentido e a transparência ilusória da linguagem. Nesse funcionamento, o que aparece como originário do/origem no sujeito é a reaparição deslocada de discursos anteriores, sob novas condições de produção.

Como afirma Pêcheux (1995), "o intradiscurso, enquanto 'fio do discurso' do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal 'do exterior'" (Pêcheux, 1995, p. 167). Em outras palavras, aquilo que o sujeito toma como expressão de sua consciência é teoricamente deslocado como efeito de sentido produzido na e pela inscrição do dizer no jogo das FDs, sendo estas regionalizações/recortes do interdiscurso.

Pensemos essa relação entre interdiscurso e sujeito, tal como apresentada, em relação ao novo slogan/marca do governo federal – "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro". Para tanto, recortamos comentários ao slogan/marca tal como reproduzido/transformado em posts de dois deputados federais filiados ao mesmo partido do atual presidente, o Partido dos Trabalhadores (PT). Esses posts foram publicados no Facebook e indiciam modos de circulação do slogan/marca em nossa sociedade, em especial, nas redes sociais de políticos, como neste caso.

No recorte 1, a seguir, reproduzimos, de forma adaptada, os comentários que constam da publicação do post de José Airton Cirilo¹⁶, deputado federal pelo PT/CE, e do post de José

¹⁵ Esquecimento denominado por Pêcheux (1995) de esquecimento nº. 1, isto é, esquecimento ideológico. Trata-se do efeito de esquecimento das determinações histórico-ideológicas e interdiscursivas que (re)produzem/transformam o que se diz, permitindo ao sujeito reconhecer-se como origem e causa do próprio discurso. Daí a experiência da ilusão de evidência do sentido e da ilusão de autonomia do sujeito. Esse é um efeito estrutural do assujeitamento ao interdiscurso. Esse esquecimento mantém relação indissociável e simultânea com o esquecimento nº. 2, o da formulação/enunciação, descrito na seção anterior.

¹⁶ Post disponível em:

<https://www.facebook.com/Joseairtoncirilo/posts/a-nova-marca-do-governo-federal-apresentada-em-29-de-novembro-de-2024-traz-o-slo/1342932464070145/>. Acesso em outubro de 2025.

Guimarães¹⁷, líder do governo Lula na Câmara, deputado federal pelo PT/CE, advogado e vice-presidente do PT, ao anunciarem, em suas respectivas contas no Facebook, o novo slogan/marca do governo federal.

Recorte 1:

comentários ao post de José Airtton Cirilo.

Comentador 1: LULA o melhor presidente da história do Brasil.

Comentador 2: 16 anos roubando o povo faz o L INSS.

Comentador 1: Comentador 2, perdeu mané, chora fascistinha derrotado.

Comentador 3: Agora do lado da aposentadoria dos aposentados.

comentário ao post de José Guimarães.

Comentador 4: Do lado do bolso do povo.

Nesse recorte, o enunciado do comentador 1 indicia uma tomada de posição identificada à posição significativa do governo. Essa identificação se marca na e pela formulação elogiosa – "o melhor presidente da história do Brasil" – ao atual chefe desse governo. Já o enunciado do comentador 2 materializa uma tomada de posição contra-identificada à posição significativa do Governo. Essa tomada de posição reinterpreta o slogan/marca transformando uma sua paráfrase possível – "O Governo do Brasil está do lado do povo brasileiro" – em outra – "Esse Governo do Brasil rouba o povo brasileiro" (esta, por sua vez, paráfrase possível de "16 anos roubando o povo"). Esse deslocamento parafrástico pode ser lido como uma "acusação" contra o governo, para a qual a formulação "faz o L INSS" funcionaria, nessa leitura, como uma possível "prova", remetendo o leitor à recente notícia de corrupção no INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

Essa tomada de posição do comentador 2, por exemplo, inscreve-se em certa região/certo recorte do interdiscurso que produz como efeito a imagem de uma posição-sujeito antagonista ao governo. Nessa FD, a forma-sujeito incorpora sentidos negativos sobre o governo e os dissimula como evidência: "o governo rouba". Essa forma-sujeito também se presentifica nos enunciados do comentador 3 – "Agora do lado da aposentadoria dos aposentados" – e do comentador 4 – "Do lado do bolso do povo". Esses enunciados podem ser lidos como paráfrases do enunciado do comentador 2, reforçando o efeito de evidência de que "O atual Governo do Brasil rouba ('dos aposentados', 'do bolso do povo')".

¹⁷ Post disponível em:

<https://www.facebook.com/guimaraes13pt/posts/o-governo-do-brasil-do-lado-do-povo-brasileiro-esse-%C3%A9-o-novo-slogan-do-nosso-gov/1332221318264426/>. Acesso em outubro de 2025.

No jogo das FDs, que determinam as tomadas de posição materializadas nos comentários destacados no recorte 1, o enunciado do comentador 1 em resposta ao comentador 2 – "perdeu mané, chora fascistinha derrotado" – indicia uma relação de aliança à posição significativa do governo, de tal modo a significar as evidências fornecidas por FDs antagonistas ao governo como absurdo, "coisa de fascista derrotado", remetendo o leitor ao efeito de que posições antagonistas ao governo seriam causadas pela derrota eleitoral da oposição.

Os diferentes modos de identificação, indiciados nos enunciados analisados, fazem significar a luta/disputa pelos sentidos das FDs em jogo, que, por sua vez, determinam essas tomadas de posição. Esse jogo e essa luta/disputa materializam o processo discursivo que (re)produz/transforma, no e pelo slogan/marca, certo estado da luta de classes em nossa formação social, marcada, atualmente, pelo efeito de polarização política entre direitas e esquerdas. Esse processo discursivo, que tem como base material o slogan/marca, produz sentidos pelo modo como essa base material pode recortar o/pode inscrever-se no interdiscurso, ou seja, pelo modo como a historicidade/exterioridade constitutiva do dizível pode retornar sobre si mesma e, assim, produzir significação como efeito.

Interdiscurso e memória discursiva

Em Pêcheux, como já visto, quando se diz que o intradiscurso ("fio" do que o sujeito enuncia) é um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, aponta-se que o que parece interior e próprio ao sujeito é, na verdade, configurado pelo já-dito¹⁸ que circula no jogo das FDs. Pensar essa relação entre o já-dito e o que se diz implica, por sua vez, considerarmos o conceito de memória discursiva e sua relação com o interdiscurso¹⁹. Em AD, memória discursiva nomeia o modo como o já-dito, social, histórica e ideologicamente produzido,

¹⁸ O já-dito compreende toda e qualquer possibilidade de dizer, de significar. Não deve ser compreendido apenas como mera repetição do que já foi dito.

¹⁹ De acordo com Paveau (2013), o conceito "memória discursiva" foi proposto por Courtine, em 1980, em sua tese, orientada por Michel Pêcheux e publicada, em 1981, no número 62 da revista *Langages*. Esse conceito foi retomado e ressignificado por Pêcheux ([1983b] 1999), momento em que o ratificou no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso, colocando em jogo o *estatuto sócio-histórico da memória* "como condição de seu funcionamento discursivo" (Pêcheux, [1983a] 2011). Pêcheux, em [1983] 1999, descreve os fatos de discurso como inscrição material em uma memória discursiva (p. 51), de tal modo que essa memória participa da estruturação da materialidade discursiva complexa. Nessa perspectiva, como veremos, a memória discursiva é compreendida como "a condição do legível em relação ao próprio legível" (Pêcheux [1983] 1999, p. 52).

comparece no dizer, determinando o que pode/tem sentido ser dito, por meio de (ir)regularidades, evidências e deslizamentos.

Se o intradiscurso é um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, então o que o sujeito reconhece como "seu" fio de dizer só se sustenta porque uma memória discursiva, ou seja, o arquivo heterogêneo do já-dito recortado pelas formações discursivas, antecipa e constrange a enunciação. É nessa memória, feita de pré-construídos e (ir)regularidades²⁰, que se produzem a evidência do sentido e a ilusão de origem do dizer, ao mesmo tempo em que se abrem derivas possíveis, segundo as condições de produção, no movimento indissociável entre a repetição parafrástica e a polissemia.

Em relação ao novo slogan/marca do governo federal em análise – "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro" –, a sua enunciação se ancora numa posição significativa recortada, por exemplo, por FDs de soberania popular, proteção social e Estado promotor do desenvolvimento, em tensão, por exemplo, com FDs liberal-mercadológicas e antipolíticas. O enunciado circula como pré-construído ao se (re)atualizar na memória discursiva como evidência de um suposto alinhamento entre governo e povo. Isso ocorre porque ele reitera um já-dito que, nas condições de produção da comunicação governamental contemporânea, determinada pela luta/disputa de sentidos e de forças no campo das mídias, da publicidade, da administração pública, das instituições etc., organiza o enunciável sobre o governo e sobre a relação governo-povo, por exemplo, estabilizando possíveis parafrases, antecipando leituras possíveis e delimitando derivas possíveis do sentido.

Além disso, nas condições de produção em que o slogan/marca é formulado, podemos considerar que outra FD está no jogo das FDs que dominam a posição significativa governo federal. Trata-se da FD eleitoral-presidencial, que antecipa/determina possíveis modos de interpretação da eleição presidencial de 2026. Como já amplamente noticiado, o atual presidente planeja a reeleição. A inscrição do novo slogan/marca nessa FD pode produzir a interpretação de que o suposto alinhamento entre governo e povo decorreria de interesses eleitorais. Essa interpretação explicita um já-dito que, embora não dito no enunciado, pode significá-lo. Isso ocorre porque há, na FD eleitoral-presidencial, uma regularidade

²⁰ Por pré-construído, de forma sintética, compreendemos o já-dito que se apresenta como dado/evidência no intradiscurso. Trata-se de um dos efeitos do funcionamento do interdiscurso, como veremos na próxima seção. Regularidades podem ser compreendidas como estabilizações parafrásticas do dizer em um dado jogo de FDs, em condições de produção específicas. Elas configuram o enunciável, produzindo efeitos de evidência. As irregularidades constituem-se como falhas, derivas, deslocamentos que irrompem nessa estabilidade (equivoco, acontecimento discursivo), reintroduzindo o interdiscurso e abrindo o dizer à polissemia, em condições de produção específicas.

significativa historicizada segundo a qual, em condições de produção contemporâneas, os presidentes usam a máquina pública visando à reeleição.

A memória discursiva, nessa perspectiva, pode ser concebida como atualização situada do interdiscurso. Ela delimita os sentidos possíveis e impossíveis, constituindo os lugares de onde os sujeitos podem falar e ser reconhecidos. Assim, o sujeito só pode significar porque está inscrito numa rede de dizeres sócio-histórica e político-ideologicamente produzidos; e é essa inscrição que o orienta em relação aos sentidos em circulação. Dito de outro modo, o sujeito pode (se) significar na medida em que sua enunciação se inscreve numa memória discursiva que a antecede e a excede. É essa memória, concebida como materialidade histórica do interdiscurso, recortada por um dado jogo de FDs, que, em condições de produção específicas, pode orientar, (des)autorizar ou interditar os sentidos que o dizer, disposto em discurso, pode recortar/evocar.

Em relação ao objeto em análise, "governo" significa na medida em que a enunciação do slogan/marca se inscreve em uma memória discursiva que a antecede e a excede. Se considerarmos a possível relação sinonímica entre Governo Federal, Governo do Brasil e Governo Lula/(presidente) Lula, podemos analisar o slogan/marca a partir da posição-sujeito (presidente) Lula, de tal modo que:

(1) se o slogan/marca se inscreve na memória discursiva que atualiza a relação do presidente com o PT, "Governo do Brasil" pode significar, por exemplo, continuidade de um projeto histórico de soberania popular, proteção social e direitos do trabalho/do trabalhador, o qual se sustenta na equivalência de pré-construídos como "povo", "trabalho" e "Estado social". Nessa inscrição, o slogan/marca funciona como paráfrase de um já-dito petista, por exemplo, "estar do lado do povo". Esta é uma regularidade historicizada no jogo das FDs que significam o PT, e que comparece, frequentemente, como memória discursiva das/nas produções discursivas desse partido;

(2) se o slogan/marca se inscreve na memória discursiva que atualiza a relação do presidente com as campanhas eleitorais, "Governo do Brasil" pode significar, por exemplo, governo que precisa/deve ser continuado e, em decorrência disso, "mandato presidencial" assume uma relação parafrástica com "campanha eleitoral". Dessa maneira, estabiliza-se o pré-construído "voto do povo equivale à autorização para governar". A inscrição do slogan/marca no jogo das FDs eleitoral-presidencial funciona como interpelação à adesão ao governo e como evidência de legitimidade, sendo sustentada pelo efeito de equivalência significativa entre "governo" e "povo".

A partir dessa exposição teórico-analítica, podemos compreender que, na AD, os conceitos de interdiscurso e memória discursiva são fundamentais para a compreensão do funcionamento do discurso, da constituição do sujeito e da produção de sentidos. Ambos remetem à exterioridade do dizer, ou seja, à condição de que todo enunciado se inscreve em uma rede histórica e ideológica de dizeres anteriores, sem a qual não há possibilidade de significação/interpretação.

Isso nos leva à consideração de que o caráter fundamental do conceito de interdiscurso reside no fato de que ele funciona, na rede conceitual da AD, de modo a dar materialidade (histórica) ao sentido, o que organiza o modo como os outros conceitos compõem essa rede. O conceito de memória discursiva, por sua vez, se torna fundamental por sua relação com o conceito de interdiscurso, ao permitir uma representação, na linguagem, daquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente.

A esse respeito, Pêcheux afirma:

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 1999, p. 52).

Do modo como compreendemos essa afirmação, um texto que se apresenta à leitura se torna legível pelo modo como a memória discursiva, concebida como atualização situada do interdiscurso no dizer, funciona, restabelecendo naquilo que se diz relações de sentido historicizadas. Essas relações, por sua vez, "traduzem" um jogo de forças que caracteriza a memória discursiva como lugar de tensão discursiva. É dessa maneira que o funcionamento da memória discursiva é condição de (re)produção/transformação da interpretação.

Courtine (1999) oferece importantes contribuições à compreensão da relação entre interdiscurso e memória discursiva, ao destacar o papel do esquecimento na constituição dos sentidos. Courtine define o interdiscurso como o espaço de recorrência de formulações, isto é, um "espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos" (Courtine, 1999, p. 18), no qual se operam efeitos de citação, repetição, transformação, truncamento, deslocamento e apagamento dos dizeres, constituindo uma exterioridade do enunciável para o sujeito.

A noção de esquecimento, em Pêcheux (1995), é descrita como um efeito estrutural do assujeitamento: aquilo que permite ao sujeito tomar-se como origem do que diz e ao sentido

aparecer como evidente. Segundo esse autor, o esquecimento funciona a partir de dois modos principais, já descritos anteriormente: o esquecimento nº. 1 (da determinação/ideológico) e o esquecimento nº. 2 (da formulação/enunciação).

Esse esquecimento não é acidental; é constitutivo da relação indissociável entre sujeito, linguagem e interdiscurso²¹. O funcionamento desse esquecimento é o que possibilita que o sujeito se identifique com o jogo de FDs que o domina e tome os sentidos como evidentes, "naturais". Esse esquecimento estrutura, portanto, a memória discursiva e é efeito ideológico de produção da transparência ilusória da linguagem e da evidência dos sentidos e dos sujeitos. É ele, ainda, que sustenta o funcionamento do(s) discurso(s) em dada formação social. O que está em jogo nesse mecanismo é uma forma específica de esquecimento: no interdiscurso, o sujeito só pode dizer o que diz porque esquece, estruturalmente, os dizeres anteriores que o determinam.

Além disso, Courtine (1999) afirma que "é nesse espaço interdiscursivo [...] que se constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciator na formação dos enunciados 'preconstruídos', de que sua enunciação apropria-se" (Courtine, 1999, p. 18). E adverte que, no interdiscurso, "o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável" (Courtine, 1999, p. 18), constituindo-se, como já explicitado, como seu efeito.

A memória discursiva, nesse contexto, aparece como o modo de inscrição do interdiscurso nas formulações concretas. Courtine mostra que essa memória não é um reservatório estável, mas um campo instável e contraditório, no qual ela se entrelaça ao esquecimento. Nas palavras dele, "memória e esquecimento são, assim, indissociáveis na enunciação do político" (Courtine, 1999, p. 22). Nas palavras de Orlandi (2007), o interdiscurso opera como "memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer" (Orlandi, 2007, p. 34), constituindo o campo do já-dito que atravessa e possibilita todo enunciado.

Courtine (1999) propõe, ainda, dois modos de funcionamento do interdiscurso: como preenchimento, fornecendo o efeito de continuidade ao fio discursivo, e como falha ou lacuna, introduzindo rupturas e descontinuidades nesse fio. Essa proposição reforça a ideia de que o sujeito é um efeito do jogo das FDs que o domina, e que o sentido se constrói sempre em relação com uma memória que se (re)atualiza/materializa sob a forma de retomadas e/ou rupturas, afetadas pelo esquecimento. Ou seja, o fio discursivo se mantém porque retoma – ou

²¹ Ressaltamos que, no modo como compreendemos, interdiscurso aparece aqui no lugar de história porque, na teoria, é o conceito que materializa e operacionaliza a presença da história nos processos discursivos.

rompe com – o já-dito; e porque, ao mesmo tempo, os modos de funcionamento do esquecimento fazem essa retomada/ruptura parecer natural, óbvia e originada no sujeito.

No slogan/marca "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro", o interdiscurso como preenchimento opera, por exemplo, ao parafrasear já-ditos de soberania popular e de Estado protetor, (re)atualizando a memória discursiva de campanhas políticas e de um Estado social. Exemplos dessas paráfrases poderiam ser, entre outras: "Fomos eleitos pelo povo (brasileiro) para governar para o povo (brasileiro).", "O Estado está presente onde o povo (brasileiro) mais precisa.", "Ampliar direitos é dever do Estado.", "Cuidar de quem cuida (do povo) do Brasil é papel do Estado." e "Brasil de todos, com o Estado ao lado das famílias, da educação etc."

Nessa rede parafrástica de já-ditos possíveis, "povo brasileiro" funciona como pré-construído unificador, dissimulando a distinção e a desigualdade daqueles que poderiam ser reconhecidos como pertencentes ao povo brasileiro; e "do lado de" naturaliza a equivalência significativa entre "governo" e "povo", estabilizando regularidades (evidência de legitimidade, de cuidado, de representação, por exemplo). A posição significativa governo aparece, então, como efeito das FDs em jogo que o autorizam a falar "em nome do povo".

Mas o mesmo enunciado também põe em cena o interdiscurso como falha/lacuna: ao significar a clivagem "do lado do povo brasileiro/outro lado", pode ser reinscrito por FDs oposicionais ("de qual povo?", "de qual lado?", "o que significa "estar do lado"?), inclusive de modo irônico. Neste caso, o pré-construído que significa a equivalência entre "governo" e "povo" é questionado e passa a ser objeto de luta/disputa, de tal modo que sua circulação na forma de posts, nas redes sociais, por exemplo, pode produzir comentários como "piada essa postagem né"²².

Em contextos de conflito ou medidas impopulares, o pré-construído "povo" fissura, possibilitando a emergência de derivas e contra-efeitos (memes, comentários opositores ou críticos etc.), e o slogan/marca passa a demandar reformulações ("(inclusão/em prol) de todos os brasileiros", "escuta dos diversos segmentos", "amplo processo de escuta social" etc.), que, ao intentarem domesticar os sentidos, se voltam sobre o slogan/marca abrindo-o ao não-um dos sentidos. A continuidade discursiva assim se rompe, reabrindo o sentido a outras

²² Comentário feito a uma postagem na conta TikTok governodobrasil, disponível em <https://vt.tiktok.com/ZSyj5Dhq3/>. Acesso em outubro de 2025.

articulações e latitudes discursivas que poderiam escancarar a luta/disputa por significar/interpretar.

Esse funcionamento cindido do interdiscurso explicita que a posição significativa governo é um efeito do jogo de FDs que constituem o processo discursivo que possibilita a enunciação do slogan/marca em análise. Explicita, também, que o sentido se produz na relação entre memória, como atualização situada do interdiscurso, e esquecimento, ora por retomadas (preenchimento/paráfrase), ora por rupturas (falhas que desestabilizam efeitos de evidência), conforme as condições de produção da comunicação governamental midiaticizada e de circulação do slogan/marca.

A partir das formulações de Courtine (2009), ainda, é possível aprofundar a distinção e articulação entre interdiscurso e memória discursiva, no âmbito da AD. Courtine concebe a memória discursiva como um domínio que não se confunde com a memória individual ou psicológica, mas diz respeito à existência histórica dos enunciados no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. Trata-se de um "trabalho de memória coletiva" que torna possível retomada, repetição, refutação e esquecimento de enunciados, conforme a posição do sujeito em uma conjuntura dada. É o que o autor formula ao perguntar: "do que nos lembramos, e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada [...]?" (Courtine, 2009, p. 106).

Nessa perspectiva, o interdiscurso é a instância constitutiva do discurso, aquilo que fala antes, em outro lugar e independentemente do sujeito (Pêcheux, 1995). A memória discursiva seria, por sua vez, o modo de funcionamento do interdiscurso em um dado movimento da historicidade, sob determinadas condições de produção. A memória discursiva funciona, portanto, conforme Courtine (2009), como condição da formulação ao selecionar, silenciar ou reinscrever elementos do interdiscurso em um dado processo discursivo.

Assim, a relevância dos conceitos de interdiscurso e memória discursiva para a prática da AD está em permitir ao analista compreender que: (1) não há enunciado originário, na medida em que todo enunciado se inscreve no interdiscurso para significar; (2) o processo de formulação é constituído pelo esquecimento e por (re)atualizações da memória discursiva; (3) a análise deve procurar compreender o trabalho da memória inscrito na materialidade significativa, explicitando os sentidos em luta/disputa.

Essas noções – interdiscurso e memória discursiva – são cruciais para escapar de abordagens meramente textuais, psicológicas, lógicas e sociológicas do sentido e situar o

discurso como prática sócio-histórica e político-ideológica. Como sintetiza Courtine (2009), "o interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras" (Courtine, 2009, p. 100).

Diante do exposto, compreendemos que a relevância desses conceitos para a prática analítica é decisiva: é pela consideração do interdiscurso e da memória discursiva que o analista pode compreender os sentidos em sua historicidade e materialidade, escapando das armadilhas do psicologismo ou do formalismo textual. Isso implica escutar, no que é dito, a presença do já-dito e esquecido, compreender a constituição do sujeito em sua relação com o interdiscurso e expor os efeitos da ideologia que determinam a (re)produção/transformação dos sentidos.

Mecanismos de funcionamento do interdiscurso

Como já posto de outro modo, o interdiscurso corresponde ao domínio constituído de discursos em relação e funciona como condição de produção da significação²³. Isso implica considerar que nenhuma formulação emerge de um ponto zero, mas se ancora em dizeres anteriores, silenciados ou atualizados em novas/outras condições. O interdiscurso, nessa perspectiva, é a estrutura-funcionamento invisível que sustenta o funcionamento ideológico do sentido.

É nessa medida que podemos dizer, com Orlandi (2007), que o interdiscurso é a própria exterioridade constitutiva do dizer: "[...] o interdiscurso significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele é um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade mesma do dizer, sua memória. Representa assim a alteridade por excelência (o Outro), a historicidade" (Orlandi, 2007, p. 80). Essa sustentação, afirma a autora, diz respeito à estrutura-funcionamento que "faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem" (Orlandi, 2007, p. 80).

Pêcheux desdobra o conceito de interdiscurso, campo histórico-ideológico que antecede, atravessa e excede o dizer, a partir de efeitos de seu funcionamento na constituição do fio discursivo. Esses efeitos, segundo Pêcheux, são "determinados materialmente na

²³ A produção da significação é compreendida, discursivamente, como movimento de (re)produção/transformação das relações de sentido.

própria estrutura do interdiscurso" (Pêcheux, 1995, p. 162). Dentre eles, destacam-se o efeito de pré-construído e o efeito de articulação (ou discurso-transverso) em sua relação com o efeito de sustentação.

O efeito de pré-construído diz respeito ao sempre-já-dito da interpelação ideológica (Pêcheux, 1995), isto é, são os sentidos naturalizados que são incorporados ao enunciado sem que se perceba sua determinação sócio-histórica e político-ideológica. Nas palavras de Pêcheux, "o funcionamento do pré-construído [...] dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência" (Pêcheux, 1995, p. 111).

Por exemplo, no slogan/marca "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro", o efeito de pré-construído manifesta o sempre-já-dito da interpelação ideológica, inscrevendo-se como dados "evidentes" os efeitos de sentidos de que (1) existe um "povo brasileiro" uno e homogêneo; (2) o governo é o representante/guardião desse povo; e (3) "estar do lado de" estabelece certa relação de equivalência significativa entre "governo" e "povo", assim como certa relação de causalidade entre "legitimação por voto" e "fornecimento de proteção social", ao mesmo tempo em que pode, por um lado, significar uma clivagem ("do lado do povo/outro lado") e, por outro lado, apagar as heterogeneidades e contradições internas a "povo".

Esses pré-construídos, recortados por FDs de soberania popular, Estado social e campanha eleitoral, naturalizam a adesão governo-povo e deslocam a disputa política para a evidência moral do alinhamento entre governo e povo, apagando mediações institucionais, conflitos de interesse e antagonismos de classe/região/grupo. O esquecimento nº. 1 sustenta a crença de que o governo seria a origem desse sentido, apresentado como se fosse "natural", e o esquecimento nº. 2 faz parecer que essa forma de dizer coincidiria com a suposta intenção da posição significativa governo. Assim, o slogan/marca funciona como paráfrase estabilizadora do já-dito ("um governo do povo para o povo", por exemplo), produzindo o efeito de continuidade ao fio discursivo e delimitando as derivas do enunciável sob as condições de produção da comunicação governamental mediatizada.

Já o efeito de articulação, também denominado discurso-transverso, consiste na presença latente de outros discursos que, ao se sintagmatizarem no intradiscurso, tensionam o enunciado a partir de deslocamentos possíveis, (des)estabilizando a transparência do dizer. Nessa direção, "o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como 'sujeito falante', com a formação discursiva que o assujeita" (Pêcheux, 1995, p. 167).

A respeito da relação entre pré-construído e discurso-transverso, Pêcheux esclarece que

o "pré-construído" corresponde ao "sempre-já-aí" da interpelação ideológica que fornece-impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a forma da universalidade (o "mundo das coisas"), ao passo que a "articulação" constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (Pêcheux, 1995, p. 164).

Em outras palavras, o efeito de "articulação" realiza a costura entre dizeres e formações discursivas que, no plano do interdiscurso, fixa qual jogo de FDs passa a dominar o campo de sentidos, instaurando, assim, a posição significativa por meio da qual o sujeito diz, se reconhece e pode ser reconhecido. É essa costura hegemônica que determina a dominação da forma-sujeito: as evidências válidas, o que pode ou não ser dito, as leituras antecipadas, por exemplo.

Em relação ao slogan/marca "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro", o efeito de articulação funciona como costura hegemônica que, no interdiscurso, coloca em relação FDs que fornecem as evidências de soberania popular, Estado social/protetor, de campanha eleitoral-presidencial, de gestão voltada para o povo, entre outras. Essas evidências, estabilizadas como memória discursiva, constituem a posição significativa governo e determinam o enunciável, organizando-o em redes parafrásticas como "esse governo governa para o povo", "governar para o povo significa que ninguém fica para trás", "Governo que escuta o povo e entrega programas sociais".

Ao mesmo tempo, por um lado, essas evidências atenuam/silenciam o próprio caráter heterogêneo, polissêmico do sentido de "povo", assim como antagonismos de interesse e, por outro lado, antecipam a leitura de equivalência significativa entre "governo" e "povo" como legítima. Quando essa articulação fissa, sob a forma de contestações, dissidências, ironias e crises, por exemplo, outras FDs atravessam o fio discursivo, podendo desestabilizar pré-construídos, e, assim, dar lugar ao reaparecimento do conflito, o que mostra que a dominação de uma ou outra posição-sujeito é efeito histórico em luta/disputa.

Na materialidade discursiva do slogan/marca, o discurso (re)atualizado pode ser descrito como o da representação do povo/proximidade com o povo. Atravessa essa materialidade, por exemplo, um discurso-transverso que restitui outros implícitos às condições de sua leitura, como a clivagem "lado do povo/outro lado" e a materialização de uma possível resposta – sem nomeá-la – a enunciações anteriores de crítica ao governo atual

("governo distante do povo", "governo que não trabalha pelo povo", "governo que atua em prol de seus próprios interesses", entre outras possíveis).

O deslocamento em relação ao slogan/marca "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução" pode produzir, também, o efeito de transversalidade. "União e reconstrução" pode (re)atualizar, discursivamente, a memória de uma gestão pactista e reparadora (pacto nacional, superação de danos, recomposição institucional, por exemplo). Quando o enunciado deriva para "do lado do povo brasileiro", essa memória não desaparece: ela permanece latente, como discurso-transverso que pode dar sentido ao novo gesto, reorientando-o significativamente pela tomada de lado e pela polarização "governo/povo" contra 'os outros', neste caso, aqueles que estariam contra o povo. Sendo assim, o slogan/marca atual sintagmatiza (no intradiscurso), também, a presença de outros dizeres ("houve desunião e dano a serem reconstruídos"; "é preciso escolher um lado (o do povo)" etc.).

Desse modo, "do lado do povo" parece não só afirmar proximidade, mas também funcionar como reformulação posicionada que convoca a memória de "união e reconstrução" para negociá-la: de um pacto abrangente (união) e um horizonte reparador (reconstrução) passa-se a um alinhamento explícito (do lado do povo brasileiro), que naturaliza a equivalência significativa entre "governo" e "povo" e, simultaneamente, abre espaço para leituras opositoras (ironia, denúncia de práticas desfavoráveis ao povo, dissidências), isto é, para o retorno do interdiscurso como exterioridade desestabilizadora no fio discursivo, como no comentário do comentarista 4 – "do lado do bolso do povo", no recorte 1.

Por fim, o efeito de sustentação (ou de articulação) é descrito por Pêcheux (1995) como efeito do próprio processo de sintagmatização do discurso-transverso no fio discursivo. Esse processo, no slogan/marca, pode sustentar a paráfrase segundo a qual "um governo democrático eleito pelo povo de seu país é um governo que governa para esse povo, pois o representaria". É dessa maneira que o novo slogan/marca do atual governo pode ser sustentado por essa paráfrase, o que pode reforçar sua suposta transparência e desautorizar, de sua posição significativa, contra-discursos possíveis.

Esses efeitos do funcionamento do interdiscurso, descritos por Pêcheux (1995), explicitam que o discurso é constituído por falhas, contradições, subordinações, desigualdades, sendo regulado por uma "lei de não-conexidade" (Pêcheux, 1995, p. 263), a qual rompe com a ideia de um sentido unitário e estável, explicitando a opacidade constitutiva da linguagem e a heterogeneidade do sujeito na significação. Esses efeitos, ensina Pêcheux,

"constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, [e] são reinscritos no discurso do próprio sujeito" (Pêcheux, 1995, p. 163).

Considerações finais

O percurso teórico-analítico desenvolvido mostrou que a atualidade do conceito de interdiscurso reside no seu fundamento de que o sentido é histórico e exterior ao sujeito – condição sem a qual não há análise do discurso possível. Ao retomarmos Pêcheux, explicitamos que o interdiscurso é o "todo complexo com dominante" das FDs e que o dizer se produz na relação de contradição-desigualdade-subordinação entre FDs em jogo, o que barra a ideia da origem subjetiva do sentido.

No plano da constituição do sujeito, expomos que a interpelação opera pela identificação do sujeito com o jogo de FDs que o domina, produzindo a evidência dos sentidos e a ilusão de autoria – efeito articulado à noção de esquecimento (nº. 1 e nº. 2), que estrutura a memória discursiva e sustenta a transparência ilusória do dizer e do sujeito. Essa memória, concebida como atualização situada do interdiscurso, é a condição de legibilidade dos enunciados, por restabelecer implícitos (pré-construídos e discursos-transversos, por exemplo) necessários à interpretação.

A experimentação analítica com o deslocamento parafrástico entre os slogans/marcas – "Governo Federal – Brasil União e Reconstrução" (2023) e "Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro" (2025) – mostrou como o interdiscurso retorna no intradiscurso para (des)estabilizar sentidos nas condições de produção da comunicação governamental midiaticizada (SECOM/AIE), regulando usos, difusão e evidências de sentido. A análise descreveu três mecanismos de funcionamento do interdiscurso: (1) o efeito de pré-construído que naturaliza "povo brasileiro", "Governo do Brasil" e "do lado de" como efeitos de evidências; (2) o efeito de sustentação que repete as evidências fornecidas pelo jogo das FDs que sustentam a posição significativa governo, reforçando as evidências de proteção e representação social, por exemplo; e (3) o efeito de discurso-transverso, que introduz outros efeitos de sentido (memória eleitoral-presidencial, oposições, dissidências e críticas, por exemplo), tornando audível a luta/disputa entre sentidos/forças na e pela superfície (des)estabilizada.

Se tomarmos o modo como o interdiscurso pode se (re)atualizar como memória contraditória em circulação, a leitura de Pêcheux (1978) reforça que a interpelação ideológica é estruturalmente falha (lapsos, atos falhos, deslizamentos etc.), o que impede a estabilização plena do já-dito e reabre a luta/disputa de/por sentidos. Em vez de "regiões" estanques, o dizer se produz no conjunto complexo dos AIE, regido, como vimos, por relações significativas de contradição-desigualdade-subordinação. Daí a atualidade do interdiscurso como campo sem exterior neutro, onde as ideologias dominadas emergem "de dentro" da dominante, nos seus pontos de fissura/sutura. Nesse mesmo movimento, as três modalidades de relação do sujeito ao Sujeito²⁴ – identificação, contra-identificação e des-identificação – oferecem um dispositivo para descrever como o já-dito atravessa (ou se quebra em) enunciados particulares. Foi isso que fizemos ao analisarmos o deslocamento entre os referidos slogans/marcas.

É nessa articulação entre interpelação ideológica falha, as relações de contradição-desigualdade-subordinação entre AIE e os modos de relação do sujeito ao Sujeito que o conceito de interdiscurso mantém sua força explicativa: não há enunciado originário, mas repetição deslocada sob relações de força, ou seja, sob relações de luta/disputa por significar/interpretar no estado atual da luta de classes que caracteriza nossa formação social.

Do ponto de vista teórico, a contribuição deste artigo residiu em expor a relação indissociável entre interdiscurso, memória discursiva e esquecimento, mostrando que o interdiscurso é heterogêneo em sua estrutura disjuntiva, que é regida pela "lei de não-conexidade". Segundo essa lei, são as falhas e deslocamentos nas relações de sentido constituintes do interdiscurso que abrem derivas interpretativas no discurso. Do ponto de vista analítico, o artigo apresentou um dispositivo que articula FDs, AIE e formações imaginárias para descrever como o slogan/marca do atual governo federal pode ser lido como um lugar de luta/disputa de sentidos/forças em condições de produção específicas à formação social brasileira.

Finalmente, podemos dizer que o artigo reafirmou fundamentos da teoria do discurso pecheuxtiana que permanecem atuais e analiticamente produtivos, quais sejam: (1) não há enunciado originário; (2) o sujeito não é origem de seu dizer; (3) a formulação decorre da estrutura-funcionamento indissociável da memória e do esquecimento; (4) é por meio da

²⁴ Ressaltamos que, a partir da teorização lacaniana da relação constitutiva entre o sujeito e o Outro, de acordo com Pêcheux (1995), Sujeito (maiúsculo) se refere à instância ideológico-simbólica que endereça e normatiza o dizer, ou seja, o lugar da Lei/da Doutrina nos AIE e nas FDs dominantes. Já sujeito (minúsculo) é o efeito de interpelação: o indivíduo que se reconhece na forma-sujeito e toma por "seu" o que é historicamente produzido.

análise discursiva que o já-dito e o esquecido podem se tornar audíveis/legíveis na materialidade discursiva, explicitando sentidos em luta/disputa por significar/interpretar.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. port. de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Trad. bras. de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. de Cristina de Campos Velho Birck *et. al.* São Carlos: EdUFSCar, 2009.

HARRIS, Zellig Sabbetai. Discourse analysis. **Language**, New York, v. 28, n. 1, 1-30, 1952.

INDURSKY, Freda. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **As leituras e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. pp. 189-200.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7ª. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAVEAU, Marie-Anne. Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. Trad. de Jocilene Santana Prado e Eduardo Lopes Piris. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 5, 137-161, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/441/446>. Acesso em: out. 2025.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de la palice**: linguistique, sémantique, philosophie. Paris: Maspero, 1975.

PÊCHEUX, Michel. (1978) Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. bras. de Eni p. Orlandi *et al.* 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. p. 293-304.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. bras. de Eni p. Orlandi *et al.* 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. bras. de Eni p. Orlandi. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Trad. e Introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do Discurso [prefácio]. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. bras. de Cristina de Campos Velho Birck *et. al.* São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux [Textos selecionados por Eni p. Orlandi]. Campinas: Pontes, 2011. p. 141-150.

PÊCHEUX, Michel. Oser penser Manuscript. **Décalages**, vol. 1, iss. 4, 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/10>. Acesso em: out. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Trad. bras. de Eni p. Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

RODRIGUES, Eduardo Alves. **Sentido-sujeito-espço**: (des)limites da espacialidade em "Cinema, aspirinas e urubus". Tese (Doutorado em Linguística), 262 p. , Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=491962&tipoMidia=0>. Acesso em: out. 2025.

RODRIGUES, Eduardo Alves; AGUSTINI, Carmen. Tecnologia discursiva de arquivo: possíveis leituras da (anti)democracia. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 32, n. 1, 212-239, 2024. DOI: 10.17851/2237-2083.32.1.212-239. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/55710>. Acesso em: out. 2025.

RODRIGUES, Eduardo Alves; AGUSTINI, Cármem; BRANCO, Luiza Castello. A enunciação na prática da desterritorialização: uma metáfora – "estupro culposos" – em disputa. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 16, n. 25, 2021a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/116829>. Acesso em: out. 2025.

RODRIGUES, Eduardo Alves; AGUSTINI, Carmen; BRANCO, Luiza Castello. O luto como funcionamento de linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 63, n. 00, p. e021035, 2021b. DOI: 10.20396/cel.v63i00.8665210. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665210>. Acesso em: out. 2025.

Recebido em: 05/11/2025; **Aceito em:** 08/01/2026.